

## Anexo I

### Plano Anual de Auditoria – Ano de 2026. Exames de auditoria

ÁREA	OBJETO	OBJETIVO	ESCOPO/JUSTIFICATIVA	PRAZO
<b>Prestação de Contas Anual</b>	Unidades orçamentárias 1031 – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (destinada ao custeio das despesas com pessoal) e 4031 – Fundo Especial do Poder Judiciário (destinado ao custeio das despesas contempladas nas rubricas “outras despesas correntes” e “investimentos”).	Avaliar a regularidade dos atos de gestão, a fidedignidade das demonstrações financeiras e as informações sobre o desempenho da gestão.	Necessidade de verificação das informações e documentos que compõem o Processo de Prestação de Contas definido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em consonância com as Instruções Normativas e Decisões Normativas que disciplinam a forma de organização e apresentação das contas anuais, com o Decreto Estadual e Portaria institucional que dispõem sobre o encerramento do exercício financeiro.	07/01/2026 a 30/04/2026, ou data posterior, caso haja alteração do prazo de entrega, pelo TCEMG.
<b>Auditoria CNJ</b> <b>Coordenada</b>	Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente	Avaliar, pelas unidades de auditoria interna dos tribunais e seções judiciárias, o estágio de implementação e a efetividade das ações voltadas à Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente, identificando boas práticas, desafios e oportunidades de melhoria na governança, gestão e monitoramento da atuação dessas instituições, com vistas a subsidiar decisões estratégicas e promover maior integração e eficiência na atuação na proteção ambiental pelo Poder Judiciário.	Exames de conformidade e operacionais voltados à verificação da implementação e efetividade da Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente (Resolução CNJ nº 433/2021), abrangendo a governança institucional, os mecanismos de monitoramento e controle, os indicadores e as ações desenvolvidas pelos tribunais. O trabalho poderá contemplar evidências sobre a estruturação de apoios técnicos, programas de capacitação, estratégias de comunicação e integração da temática climática e ambiental ao planejamento e à gestão institucional, bem como a articulação com outras unidades e órgãos do sistema de justiça.	13/03/2026 a 31/08/2026
<b>Contabilidade e Finanças/Governança</b>	Destinação dos recursos oriundos da aplicação de pena de prestação pecuniária (continuação: dos módulos de análise de editais e de aprovação de projetos e início dos módulos de execução de projetos, análise de prestações de contas e adequação normativa).	Analisar a eficácia dos controles relativos à destinação dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária e à prestação de contas pelas entidades beneficiadas.	O exame de auditoria se justifica pela materialidade financeira dos recursos que são destinados às entidades e pela necessidade de atendimento às atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde e de relevante cunho social.	07/01/2026 a 30/11/2026

<b>Licitações e Contratos</b>	Análise sobre as contratações de <i>startups</i> (continuação)	Analisar a formalização dos procedimentos e resultados obtidos.	A partir do marco legal das <i>startups</i> , Lei Complementar nº 182/2021, o TJMG promoveu contratação na modalidade legal permitida, que apresenta circunstâncias diferenciadas das contratações tradicionais da administração pública.	07/01/2026 a 30/05/2026
<b>Tecnologia da Informação</b>	Gerenciamento da Infraestrutura de TIC, com ênfase na gestão de ativos. (continuação)	Avaliar o processo de identificação e registro dos ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e examinar o processo de gerenciamento de licenças dos ativos de TIC, incluindo os controles destinados a assegurar a conformidade do quantitativo necessário para a prestação dos serviços.	A gestão eficaz dos ativos de TIC é fundamental para otimizar recursos, garantir a disponibilidade de serviços essenciais, mitigar riscos de segurança da informação e promover a conformidade com as regulamentações aplicáveis.	01/05/2026 a 31/08/2026
<b>Governança/Licitações e Contratos</b>	Convênios de cooperação institucional e repasse de recursos nº 155/2024, 248/2024, 054/2025, 216/2025 e 404/2025, 425/2025	Avaliar a regularidade da gestão, fiscalização e execução física e financeira dos convênios e, se necessário, oferecer suporte consultivo para o aperfeiçoamento dos controles internos.	Abrange todos os processos de gestão e execução dos Convênio citados incluindo: a observância das cláusulas pactuadas, a aplicação dos recursos financeiros, a conformidade dos procedimentos de prestação de contas, e a atuação dos gestores e fiscais designados. A materialidade dos recursos envolvidos nos Convênios representa um risco significativo, de modo que o exame proposto pretende fornecer avaliação à Alta Administração sobre a utilização correta dos recursos e para agregar valor por meio de consultoria para mitigar riscos futuros e otimizar os resultados dos projetos.	01/05/2026 a 30/11/2026

## Anexo II

**Plano Anual de Auditoria – Ano de 2026. Demais atividades de auditoria interna.**

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]



[illegible]